

Vivemos numa era em que a tecnologia encurta distâncias, acelera processos e amplia vozes. No entanto, o mesmo espaço digital que potencia inovação, empreendedorismo e circulação global de conhecimento tem vindo a acolher, de forma crescente, discursos de ódio e narrativas extremistas. Em Portugal, esta realidade acompanha uma tendência europeia mais ampla, marcada pela intensificação da radicalização online e pelo envolvimento significativo de jovens em comunidades digitais polarizadas. Estudos recentes indicam uma maior exposição juvenil a conteúdos ideologicamente excludentes e emocionalmente intensos (Mendes & Carvalho, 2025; European Union Agency for Fundamental Rights [FRA], 2026). A radicalização juvenil emerge, assim, como um fenómeno multifacetado que transcende a esfera política, projetando-se sobre a saúde, a gestão organizacional, a inovação tecnológica e o dinamismo empreendedor num contexto global interdependente.

A radicalização pode ser compreendida como um processo gradual de adoção de crenças extremas que legitimam a exclusão, a desumanização ou mesmo a violência enquanto instrumento de afirmação identitária (Neumann, 2025). A investigação contemporânea rejeita leituras simplistas que circunscrevem o fenómeno ao terrorismo, enfatizando antes um continuum que se inicia em atitudes de polarização e pode evoluir para formas mais estruturadas de extremismo (Silva & Rocha, 2026). Neste percurso, o discurso de ódio online desempenha um papel estruturante, ao normalizar representações negativas do “outro” e ao cristalizar fronteiras identitárias rígidas.

No contexto português, o espaço digital tornou-se um território central de socialização juvenil. A utilização intensiva de redes sociais expõe adolescentes e jovens adultos a fluxos contínuos de informação filtrados por algoritmos orientados para maximizar o envolvimento emocional. Bastos e Lima (2025) demonstram que conteúdos que suscitam indignação, medo ou antagonismo tendem a ser privilegiados pelas plataformas digitais, reforçando a formação de “câmaras de eco”. Nessas comunidades virtuais, os jovens interagem predominantemente com perspetivas semelhantes às suas, fortalecendo convicções prévias e reduzindo o contacto com narrativas plurais.

As consequências desta dinâmica não se limitam ao plano ideológico. No domínio da saúde, particularmente da saúde mental, a exposição prolongada a conteúdos polarizadores pode gerar efeitos cumulativos. A interiorização de discursos de ameaça ou exclusão contribui para estados de ansiedade, insegurança e desconfiança institucional. O FRA (2026) assinala o

aumento da exposição juvenil a conteúdos xenófobos e conspirativos na Europa, sublinhando que esta realidade influencia percepções sociais e padrões de interação. A radicalização cognitiva não afeta apenas crenças políticas; pode comprometer o bem-estar psicológico, a empatia social e a capacidade de convivência democrática. Assim, a saúde pública enfrenta um desafio indireto, mas estrutural: promover resiliência emocional e literacia digital como instrumentos preventivos.

No campo da gestão organizacional, a radicalização digital coloca desafios adicionais. Organizações contemporâneas — especialmente nos setores tecnológicos e criativos — são compostas por equipas jovens, multiculturais e globalmente conectadas. Ambientes marcados por polarização ideológica podem afetar a coesão interna, comprometer a diversidade e enfraquecer culturas colaborativas. Silva e Rocha (2026) sublinham que contextos institucionais inclusivos e lideranças éticas funcionam como fatores protetores face a trajetórias de radicalização. A gestão estratégica contemporânea exige, portanto, uma atenção renovada à promoção de ambientes organizacionais assentes no respeito, no pluralismo e na responsabilidade social.

A interligação entre radicalização digital e inovação tecnológica revela um paradoxo relevante. As mesmas plataformas que amplificam discursos extremistas constituem infraestruturas essenciais para o empreendedorismo global. Bastos e Lima (2025) demonstram que a arquitetura algorítmica orientada para o envolvimento emocional pode potenciar radicalização incremental, mas essa mesma arquitetura sustenta modelos de negócio escaláveis e ecossistemas digitais dinâmicos. O desafio reside, assim, em equilibrar inovação e responsabilidade. O empreendedorismo contemporâneo não pode dissociar-se da ética digital e da governança responsável.

Mendes e Carvalho (2025) identificam o crescimento de comunidades digitais lusófonas que promovem discursos nacionalistas radicais e teorias de ameaça cultural. Num mundo globalizado, onde startups dependem de redes transnacionais e de investimento internacional, a normalização de discursos excludentes pode fragilizar a reputação do ecossistema nacional. A inovação prospera em ambientes abertos, colaborativos e diversos; a radicalização compromete essa abertura, introduzindo fragmentação social e desconfiança institucional.

A vulnerabilidade juvenil à radicalização deve ser analisada numa perspetiva multifatorial. A

juventude é um período de intensa construção identitária, marcado pela procura de pertença, reconhecimento e significado. Silva e Rocha (2026) sublinham que sentimentos de frustração institucional ou insegurança quanto ao futuro podem aumentar a suscetibilidade a narrativas simplificadoras. Contudo, Costa, Almeida e Ferreira (2025) evidenciam que a radicalização não se restringe a contextos de exclusão socioeconómica; jovens provenientes de ambientes estáveis também podem aderir a discursos extremistas, especialmente quando influenciados por perceções de ameaça cultural ou declínio identitário.

Oliveira e Matos (2026) acrescentam que a disseminação de teorias conspirativas contribui para um clima de desconfiança face às instituições democráticas. Esta desconfiança tem implicações diretas na implementação de políticas públicas, incluindo estratégias de saúde pública, inovação tecnológica e desenvolvimento económico sustentável. A erosão da confiança institucional fragiliza o tecido social e compromete a governança em tempos de interdependência global.

Num cenário marcado por digitalização acelerada, transformações geopolíticas e incerteza económica, a radicalização juvenil deve ser entendida como um risco sistémico. Afeta a saúde mental, influencia culturas organizacionais, condiciona ecossistemas de inovação e impacta a dinâmica empreendedora. A resposta exige uma abordagem integrada que articule educação, políticas públicas, responsabilidade empresarial e regulação tecnológica.

O FRA (2026) recomenda estratégias que combinem regulação das plataformas digitais com reforço da educação para a cidadania. Neumann (2025) alerta que abordagens exclusivamente securitárias podem ser contraproducentes, reforçando narrativas de vitimização exploradas por grupos extremistas. Investir em literacia digital crítica, promover programas de saúde mental preventiva e fomentar culturas organizacionais inclusivas são dimensões complementares de uma estratégia sustentável.

Em síntese, a radicalização digital juvenil em Portugal constitui um desafio transversal que interliga saúde, gestão, inovação e empreendedorismo num contexto global. A preservação da coesão social e da qualidade democrática depende da capacidade de construir ambientes digitais responsáveis, ecossistemas empreendedores inclusivos e instituições resilientes. A tecnologia continuará a moldar o futuro; a questão central é se conseguiremos orientar esse futuro por valores de pluralismo, ciência e responsabilidade.

Reconhecer a complexidade do fenómeno não é sinal de fragilidade, mas de maturidade

democrática. A construção de respostas harmoniosas e eficazes exige cooperação entre academia, decisores políticos, organizações e sociedade civil. Num mundo interconectado, a defesa da democracia passa, inevitavelmente, pela promoção de uma cultura digital ética, inclusiva e orientada para o bem comum.

#### Referências Bibliográficas

Bastos, M., & Lima, R. (2025). Algorithmic amplification and youth exposure to extremist content in Southern Europe. *Journal of Digital Society Studies*, 12(1), 45-63.

Costa, P., Almeida, S., & Ferreira, T. (2025). Youth identity, belonging and susceptibility to online radical narratives in Portugal. *European Journal of Youth Studies*, 28(2), 210-228.

European Union Agency for Fundamental Rights. (2026). *Hate speech and youth radicalisation in the European Union: Annual report 2026*. Publications Office of the European Union.

Mendes, A., & Carvalho, J. (2025). Online extremism in Lusophone digital spaces: Trends and prevention challenges. *Revista Europeia de Segurança e Sociedade*, 7(3), 89-107.

Neumann, P. (2025). Radicalisation revisited: Pathways, processes and prevention in the digital age. *International Journal of Conflict and Violence*, 19(1), 1-15.

Oliveira, L., & Matos, D. (2026). Conspiracy beliefs and democratic distrust among Portuguese youth. *Journal of Contemporary European Studies*, 34(1), 75-92.

Silva, R., & Rocha, M. (2026). Youth radicalisation trajectories in Western Europe: Identity, grievance and digital ecosystems. *European Security Review*, 15(2), 133-150.